A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NO DISCURSO POLÍTICO PRÉ-ELEITORAL: SUBJETIVAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER

Vanice Maria Oliveira Sargentini[1]

Resumo: Neste artigo discutimos as estratégias de construção de identidades no discurso político. Para tal analisamos fragmentos de programas de governo de candidatos à presidência do Brasil. Interessa-nos explorar os regimes de discursividade característicos do discurso político.
Palavras-chave: discurso político, identidades, subjetivação

Resumé: L'article examiné les stratégies pour la construction des identités dans le discours politique. Pour ce faire, nous analysons les fragments de programmes de gouvernement des candidats pour la présidence du Brésil. Nous intéressait exploiter les régimes discursividade caractéristiques du discours politique.
Mots-clés: discours politique, identités, subjectivation

Introdução

A noção de identidade pode ser explorada sob perspectivas diversas, como tem se mostrado em várias publicações científicas. Há discussões no âmbito dos estudos culturais, da sociologia, da psicanálise e dos estudos do discurso. Neste artigo, objetivamos explorar perspectivas sobre a construção de identidades a partir de reflexões propostas por Foucault. O autor discute a questão da identidade a partir da noção de processos de subjetivação. Como objeto de análise, selecionamos material produzido em campanhas pré-eleitorais. Pautar-nos-emos em reflexões foucaultianas sobre saber e poder e a produção de subjetividades, para refletir como se dão os processos de subjetivação no discurso político, em especial nos programas de governo. Considerando, então, que a identidade está sempre em construção e realiza-se pela linguagem, não podendo ser estabelecida *a priori*, admitimos que a constituição das identidades é formulada por discursos (verbais e visuais) e se fortalece ao circular por diversos meios midiáticos. Dedicar-nos-emos, neste artigo, à análise de alguns discursos pré-eleitorais que circulam em programas de governo.

[1] Professora Doutora da *Universidade Federal de São Carlos – UFSCar*–SP. Pesquisa na área da Análise do Discurso, em especial sobre discurso político e mídia. E-mail: sargentini@uol.com.br

1. Nacionalidade, uma invenção histórica; que sustenta identidades





O pertencimento a uma nacionalidade parece natural ao cidadão, entretanto, essa naturalidade deve ser questionada. Segundo Hobsbawm (2002), a construção do Estado envolve a unificação dos povos, a criação de uma língua nacional e a construção de uma memória nacional. Assim para a edificação e manutenção de um Estado, a noção de nação deve ser alimentada por técnicas que controlem as identidades e as memórias nacionais.

A nacionalidade é uma forma de assumir identidade, é uma forma que para muitos não oferece questionamentos pelo fato de lhe ser atribuída no nascimento. A nação é um construto produzido pelo Estado desde o século XVII e, portanto, a identificação do sujeito com a nação é construída. Não é evidente que o sujeito nasça e ame seu país, esse sentimento de nacionalidade tem de ser incentivado.

O discurso político tem de lidar com a solidificação desse construto e para isso se vale de vários recursos materiais e lingüísticos, dentre eles os monumentais e aqueles cotidianos. Por exemplo, no Brasil, o monumental complexo arquitetural de Brasília evoca o sentimento de nacionalidade, assim como a bandeira flamejante, presente nas três páginas iniciais do programa (conforme imagens ao lado) da coligação Lula Presidente na campanha eleitoral de 2006, pela repetição, atrai esse mesmo sentimento.

Segundo Bauman (2005), o paradoxo da identidade sustenta a ambivalência dos discursos produzidos na sociedade contemporânea – não ter de identificar-se com nada ou necessariamente ter de identificar-se com algo. Nem uma nem outra das proposições parecem agradáveis ao sujeito.

> O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada,

> flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, pertubadoramente, "nem-um-nem-outro", torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, "estar fixo" – ser "identificado" de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais mal visto. (BAUMAN, 2005 p. 35)

É, então, para instalar-se neste lugar de ambivalência, que o discurso produzido pelos políticos passa a se caracterizar por um discurso moderno-líquido. Observe o fragmento a seguir extraído do Programa de governo do PSDB da campanha eleitoral presidencial de 2006, candidato Geraldo Alckmin:

> (1) Política externa:
>
> O Brasil - por sua escala e peso - é, ao mesmo tempo, um país com interesses gerais no mundo e com interesses específicos. Realismo de objetivos e prioridades no tratamento dos temas de interesse concreto para o Brasil, sem ideologizar sua execução, caracterizarão a política externa do Governo Geraldo Alckmin, nessa fase de inserção cada vez mais competitiva no mundo globalizado.

A análise dessa frase indica-nos a vinculação a duas posições aqui apresentadas como simultâneas, ainda que pareçam excludentes: "O Brasil [...] é, ao mesmo tempo, um país com interesses gerais no mundo e com interesses específicos." Para atender aos dois interesses propõe-se a suspensão do caráter ideológico. Por esse exemplo, podemos verificar uma forma de não se identificar com os discursos já estabilizados sobre a política externa/ interna que em geral dividem-se em valorização do que é oferecido no exterior em oposição à valorização do que há no mercado interno. Entre valorizar o que se oferece no mercado exterior ou valorizar a oferta do mercado interno, opta-se pelos dois e para garantir alguma legitimidade a essa opção veta-se o atravessamento ideológico.

Esse modo de situar-se em relação à política externa/ interna não é característica de um só programa de governo. Observe o fragmento seguinte extraído do Programa de governo da coligação Lula presidente, campanha eleitoral presidencial de 2006, candidato Lula.

(2) Inserção soberana no mundo:

> O Brasil continuará empenhado em sua luta contra a fome e pela paz. Defenderá um relacionamento entre as nações baseado nos princípios de respeito à soberania nacional, de não agressão e de não ingerência nos assuntos internos de outros estados. Privilegiará o processo de integração sul-americana – o Mercosul e a Comunidade Sul-americana de Nações, em especial – e fortalecerá as relações Sul-Sul, dando ênfase particular às suas relações com os países do continente africano, ao mesmo tempo em que buscará ampliar seu acesso aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático e manter com os países desenvolvidos um relacionamento positivo e soberano.

Esse segundo fragmento também se caracteriza pela simultaneidade de duas atitudes historicamente colocadas em oposição por questões ideológicas. Indica-se que se

> privilegiará o processo de integração sul-americana [...] ao mesmo tempo em que buscará ampliar seu acesso (do Brasil) aos grandes mercados europeu, norte-americano e asiático [...].

Assim, "identificar-se com..." significa vincular-se a uma opção, postar-se em defesa de uma posição, abrindo mão de outras. É disso que os indivíduos se afastam, procuram não se "identificar com ...", mas portar algumas identidades como um manto leve a ser despido a qualquer momento (BAUMAN, 2005).

As identidades "flutuam no ar" (BAUMAN, 2005, p. 19), sendo que algumas queremos que se sobressaiam, que sejam corajosamente ostentadas, outras queremos esconder, desculpar. Algumas são de escolha própria, outras são propostas, incentivadas pelos discursos expostos em nosso entorno. O discurso político não escapa dessa nova ordem de inscrição dos discursos que se caracterizam pela liquidez, fragmentação, relativização e repetição.

2. Os processos de subjetivação e seus mecanismos

Segundo Revel (2005), o termo "subjetivação" designa "um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou mais exatamente de uma subjetividade". Foucault (1997), ao considerar que as relações de saber e poder intervêm na produção de subjetividades, permite que se admita a existência de deslocamentos na produção de

identidades. Isso se dá por diferentes modos de subjetivação: 1) pela a objetivação do sujeito do discurso (na gramática, na filologia e na lingüística), 2) pela a objetivação do sujeito nas práticas divisoras – o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros (é bom ou mal; malandro ou trabalhador, de direita ou de esquerda) ou 3) pelo modo como os sujeitos relacionam-se consigo mesmo, uma vez que se considera que os modos de subjetivação produzem sujeitos ao objetivá-los.

O enfoque foucaultiano sobre o sujeito é pensá-lo como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores. Enfim, o sujeito constitui-se, não sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas que podem ser de *poder* (descrição das práticas de dominação e das estratégias disciplinares, de governo, às quais se podem submeter os indivíduos); de *saber* (descrição de certo número de saberes sobre o sujeito) ou ainda por *técnicas de si* (técnicas pelas quais os homens se produzem e se transformam), sendo essa a tríade que sustenta a produção histórica das subjetividades:

Consideramos, então, que ao dizer o indivíduo torna-se sujeito, aderindo a um efeito de subjetividade e identificando-se com certas filiações sócio-históricas. Assim, compreendemos que toda identidade, como resultado de certa relação do sujeito consigo mesmo, produz-se diante de uma subjetividade. A partir, portanto, do pressuposto de que a subjetivação se dá por processo sustentado no seu bojo por relações de poder, saber e técnicas de si, procuramos analisar como se constrói esse processo no discurso político.

3. O processo de subjetivação em discursos políticos pré-eleitorais: uma análise dos programas de governo

Em uma proposta de análise, buscamos avaliar o processo de subjetivação que se dá a partir dos textos de programas de governo. Recolhemos como material de análise os programas de governo dos candidatos à presidência do Brasil no pleito de 2002 e analisamos como os candidatos, por meio desses programas dirigem-se aos eleitores (SARGENTINI, 2006). Iniciamos a análise verificando a ocorrência do termo 'povo' em três desses programas. Chamou-nos a atenção o fato desse termo em alguns programas apresentar baixa ocorrência. Diante dessa constatação, interessou-nos investigar como em cada um dos programas se fazia referência ao povo brasileiro. A análise de algumas

partes dos programas de governo trouxe-nos algumas respostas. Observe os fragmentos a seguir extraídos do programa de governo do PSDB, 2002, candidato José Serra:

> (1) Mais de 850 mil empregos no Turismo:
>
> Com o aumento de 5 milhões para 9 milhões de turistas estrangeiros e a expansão do turismo doméstico, as oportunidades de emprego vão se multiplicar, beneficiando desde companhias aéreas e agências de viagem, até camareiras, guias turísticos, garçons, o artesanato regional, motoristas de ônibus, professores de inglês, francês e até vendedores de coco nas praias.
>
> (2) Nos próximos quatro anos, José Serra vai gerar mais 500 mil empregos na Saúde [...] Serão novos empregos para cirurgiões, médicos, dentistas, enfermeiros, radiologistas, nutricionistas, agentes comunitários, agentes de saúde, recepcionistas e até motoristas de ambulâncias.

Analisando esses dois fragmentos, reconhecemos a recorrência de um processo que se organiza pela particularização da população brasileira, por meio da designação da profissão. Assim, ao invés de se dizer que "serão novos empregos para [o 'povo']", diz-se particularizando, individualizando cada um pela sua profissão. Tal processo afasta a identificação com a massa, com o grupo que coletivamente se inscreve na designação "povo". Nesse programa de governo (candidato à presidência, José Serra, pleito 2002), a recorrência dessa construção lingüístico-discursiva leva-nos a reconhecer um processo de subjetivação que objetiva o homem pela individualização. Cada um pode ser reconhecido, e, portanto, ver-se identificado com um desses designados pela profissão. Quando se emprega esse recurso fortalece-se o processo de individualização.

Na análise do programa de governo apresentado pelo candidato Lula, a referência ao povo brasileiro faz-se pela expressão "família trabalhadora brasileira", "nosso povo". Confira os fragmentos a seguir:

> (1) Esse turismo estará voltado tanto para a atração, crescente, do visitante estrangeiro quanto para o estímulo às viagens da *família trabalhadora brasileira*, que tem poucos recursos e quase nenhum financiamento para conhecer seu próprio país.
>
> (2) *Nosso povo* já enfrentou grandes desafios e os superou. Nas décadas de 1930 e 40, aproveitamos a crise mundial para industrializar o país. Nos anos 50, construímos uma

> bela capital no meio do cerrado, símbolo da integração nacional. Nos anos 80, recuperamos a liberdade e a democracia depois dos terríveis anos de chumbo.

No programa de governo da *Coligação Lula Presidente* é alta a ocorrência do termo "povo", bem como há também alta ocorrência do termo trabalhador. No fragmento (5) faz-se menção "à família trabalhadora brasileira" e, nesse caso, pode-se considerar uma forma de designar e dirigir-se ao eleitorado brasileiro. Em outras ocorrências, como exemplo o fragmento de número (6), o termo povo exalta os habitantes da nação brasileira e instala um locutor que se refere a "nós". Tais recursos produzem um discurso de valorização do povo (e trabalhador) brasileiro. O processo de subjetivação dá-se pela objetivação do sujeito no interior de um grupo, além disso, enunciatário e enunciador estão incluídos em um mesmo grupo por meio do emprego do pronome "nós".

O Programa de Governo do candidato Ciro Gomes faz referência ao eleitorado, utilizando os termos "brasileiro humilde", "brasileiro comum" e "brasileiro carente".

> (1) JUSTIÇA PARA OS *BRASILEIROS*. Há meios práticos para dar transparência ao uso dos recursos públicos, para banir os corruptos da política, para assegurar *ao brasileiro e à brasileira comuns* uma justiça acessível, ágil e barata e para libertar as mulheres, sobretudo as mulheres pobres, e os negros, a maioria deles pobres, das injustiças de que sofrem.
>
> (2) Dar aos *brasileiros humildes* maior acesso tanto à cultura popular brasileira quanto à alta cultura universal, por meio de um sistema de identificação e de financiamento dos talentos.' /'[...]40 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza / *brasileiros carentes*'

Ao analisar esses dois fragmentos, observamos a recorrência dos termos "brasileiros humildes", "brasileiros carentes", empregados como uma paráfrase a povo. A ocorrência do termo povo é muito baixa (seis ocorrências em 25.836 palavras), bem como é baixa a ocorrência do termo trabalhador (treze ocorrências em 25.836 palavras). O processo de subjetivação dá-se pela objetivação do sujeito pela designação da nacionalidade.

Nos fragmentos dos três programas de governo analisados, observamos três formas distintas de objetivação do sujeito. No programa de governo do *PSDB*, 2002, candidato José Serra, os sujeitos são objetivados pela identificação com a profissão. Trata-se de um modo

de estabelecer divisões entre o eu e o outro, de forma a chamar cada um em sua individualidade, ainda que todos sejam chamados. No programa do governo da Coligação Lula Presidente, os sujeitos são objetivados por se instalarem no interior do que se reconhece como coletividade: "família trabalhadora brasileira", "nosso povo". A subjetivação dá-se pela identificação com o todo, com a inserção do sujeito na coletividade. No programa de governo da *Frente Trabalhista*, candidato Ciro Gomes, o processo de subjetivação dá-se pela objetivação do sujeito pela designação da nacionalidade, reforça-se o vínculo com a nação, valoriza-se o sentimento de nacionalidade.

4. A construção de identidades no discurso político: considerações finais

Neste artigo detivemo-nos em um corpus de análise que se restringe aos fragmentos de programas de governo, fato que nos restringe, neste caso, a avaliar o discurso político apenas sob a ótica de um tipo de produção e, portanto, chegar a conclusões parciais sobre os modos de subjetivação presentes no discurso político.

Os programas de governo que em eleições anteriores acompanhavam o lançamento de uma candidatura, no pleito de 2006, por exemplo, foram apresentados aos eleitores apenas 15 ou 20 dias antes da data de votação. Além disso, diferentemente de outros anos, no pleito de 2006, destaca-se a dificuldade de acesso aos programas de governo em material impresso, sendo recomendado ao eleitor que acesse o programa de governo pelo *site* dos candidatos. Esse documento, que tinha como característica apresentar-se como um longo texto, tem sido substituído por formas breves, disponíveis em espaços fragmentados nos *sites* dos candidatos.

Tais fatores, associados a outros, como produtividade das imagens, velocidade de informações e modos de circulação, levam-nos a considerar que há novos regimes de discursividade do discurso político. O programa de governo ocupa espaços diferentes dos anteriores e é produzido por formas breves, oferecido em leitura fragmentar. A projeção de identidades móveis se dá por esse modo de produção do discurso político, que não exige que cada eleitor se identifique com uma ou outra postura diante dos fatos. Os candidatos oferecem aos eleitores um discurso ambíguo que abriga identidades móveis. Não é necessário que o eleitor se identifique

com *esse ou aquele* discurso historicamente estabilizado, há margens para que o eleitor se identifique com os discursos produzidos neste período de Modernidade líquida, caracterizado por permanente instabilidade, fragmentação, relativismo e maleabilidade. Pautados em nossa análise, consideramos que esse discurso da não identificação com um discurso historicamente estabilizado é mais acentuado no pleito de 2006, se comparado ao pleito de 2002.

Nos programas de governo de 2002, os eleitores são designados de forma a se identificarem com algumas identidades. Os processos de subjetivação ocorrem por meio de produção de identificações que se sustentam pelo modo de designação dos eleitores. As identidades apresentadas vinculam-se à identificação dada pela individualização profissional, ou pelo fortalecimento das identidades coletivas ou ainda pela identificação com a designação atribuída pelo vínculo com a nação.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. *Identidade*: entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

FOUCAULT, M *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982).* Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780:* programa, mito e realidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

REVEL, J. *Michel Foucault***:** conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Paulo: Claraluz, 2005.

SARGENTINI, V. Identidade do trabalhador no imaginário do povo. In: SILVA, S.S. (Org,) *Os sentidos do povo*. São Carlos: Claraluz, 2006. v. 1. p. 79-92.

Artigo recebido abril de 2008 e aceito para publicação em maio de 2008.